

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ORDEM DO DIA**
 - 1.1 – Comissão
- 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
 - 2.1 – Plenário
- 3 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 6/3/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 10.158, 10.160, 10.175, 10.195, 10.209, 10.213, 10.216 e 10.217/2018, do deputado Sargento Rodrigues, e 10.232/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a discutir as ações planejadas pela Defesa Civil para prevenir desastres e alagamentos, haja vista a previsão de grande volume de chuva para os próximos meses no Estado.

Recebimento e votação de requerimentos.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 15 horas do dia 5 de março de 2018, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; na 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Resolução nº 49/2017, da Mesa da Assembleia, que altera a Resolução nº 5.176, de 6 de novembro de 1997, que contém o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; e dos Projetos de Lei nºs 1.039/2015, do deputado Sávio Souza Cruz, que altera o art. 3º da Lei nº 20.805, de 26 de julho de 2013, que dispõe sobre o quantitativo de clínicas

médicas e psicológicas credenciadas para realizar exames em candidatos à permissão para dirigir veículo automotor, à renovação da carteira nacional de habilitação e à troca de categoria e dá outra providência; 2.728/2015, do deputado Antônio Jorge, que dispõe sobre a qualificação de entidades de direito privado, sem fins lucrativos, como organização social de saúde no âmbito do Estado; 3.399/2016, do deputado Braulio Braz, que autoriza o Poder Executivo do Estado a fazer reverter, por doação, ao Município de Madre de Deus de Minas o imóvel que especifica; 3.672/2016, do deputado Ulysses Gomes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Sião o imóvel que especifica; e 3.824/2016, dos deputados Dirceu Ribeiro e Durval Ângelo, que autoriza o Poder Executivo a fazer reversão do imóvel que menciona ao Município de Ubá; e, na 3ª Fase, à apreciação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 2 de março de 2018.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 19 horas do dia 5 de março de 2018, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; na 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Resolução nº 49/2017, da Mesa da Assembleia, que altera a Resolução nº 5.176, de 6 de novembro de 1997, que contém o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; e dos Projetos de Lei nºs 1.039/2015, do deputado Sávio Souza Cruz, que altera o art. 3º da Lei nº 20.805, de 26 de julho de 2013, que dispõe sobre o quantitativo de clínicas médicas e psicológicas credenciadas para realizar exames em candidatos à permissão para dirigir veículo automotor, à renovação da carteira nacional de habilitação e à troca de categoria e dá outra providência; 2.728/2015, do deputado Antônio Jorge, que dispõe sobre a qualificação de entidades de direito privado, sem fins lucrativos, como organização social de saúde no âmbito do Estado; 3.399/2016, do deputado Braulio Braz, que autoriza o Poder Executivo do Estado a fazer reverter, por doação, ao Município de Madre de Deus de Minas o imóvel que especifica; 3.672/2016, do deputado Ulysses Gomes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Sião o imóvel que especifica; e 3.824/2016, dos deputados Dirceu Ribeiro e Durval Ângelo, que autoriza o Poder Executivo a fazer reversão do imóvel que menciona ao Município de Ubá; e, na 3ª Fase, à apreciação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 2 de março de 2018.

Adalclever Lopes, presidente.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

DISCURSOS PROFERIDOS NA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/2/2018

O deputado Antônio Jorge* – Boa tarde, presidente Dalmo, caríssimos pares parlamentares e público que nos assiste pela TV Assembleia. Minha palavra é muito breve, deputado Dalmo. Aproveito a tribuna, nesta tarde, para destacar uma agenda que estamos iniciando por meio da tramitação de um projeto de lei, de nossa autoria, que julgamos extremamente salutar do ponto de vista do aprimoramento das nossas governanças públicas e do aprimoramento da nossa República. É um projeto que aponta, num conjunto de projetos que apresentamos, para a agenda da transparência. Aumentar o empoderamento da sociedade em políticas públicas tem, na questão da transparência, um pilar fundamental.

Estamos apresentando esse projeto agora e saudando os primeiros frutos de um projeto de lei apresentado por nós que virou lei estadual – foi sancionado pelo governador Pimentel – também na ótica da transparência, mas já em relação a conflitos de interesse

na área da saúde. Esta Casa aprovou um dispositivo legal de nossa iniciativa que torna obrigatório, em Minas, que as empresas do complexo industrial da saúde publiquem, no sítio mundial, na internet, num portal preparado pelo governo do Estado, suas doações para pessoas físicas ou jurídicas, transparecendo, dessa forma, potenciais riscos de conflitos de interesse. Em essência, hoje o cidadão mineiro – e estou saudando isso porque, há poucos dias, o governo do Estado colocou o portal no ar – pode olhar no Portal da Transparência, um sítio mantido pela Secretaria de Estado de Saúde, se o profissional de saúde que ele utiliza recebeu alguma doação da indústria.

Não que isso signifique sempre um conflito de interesses, mas, pelo menos, ele pode se defender tendo a informação. Esse projeto foi muito saudado por instituições de controle, tivemos um aval no seminário internacional sobre *accountability* e sobre transparência no Chile, do Banco Mundial, onde fomos convidados para expor esse projeto, que agora é uma lei estadual. Recebeu impulsos importantes das unidades de saúde, inclusive das entidades médicas. E mais recentemente fomos convidados pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde – Conass –, inclusive junto com nosso assessor jurídico, que deu um grande contributo a esse projeto, o Dr. Ricardo Assis, para publicar um artigo em uma coletânea de textos do nosso Conass.

Portanto, com a convicção de que as ferramentas que trazem transparência melhoram a nossa governança, não só sobre a área pública, mas sobre as relações de trabalho e produção, apresentamos nesta Casa, presidente Dalmo, um novo dispositivo nessa direção. Agora, em relação a um assunto que é muito caro à nação brasileira, em especial aos mineiros, que são as renúncias fiscais. Ninguém duvida de que este parlamentar, a despeito de ser da área de saúde, esteja sempre estudando as questões da ordem pública, e dentre elas, importantes questões da ordem econômica. E ninguém duvida que renúncia fiscal pode, em algum momento, se transformar em uma ferramenta de desenvolvimento e de fomento de algum segmento. E temos de fato várias cadeias produtivas em Minas que são turbinadas por meio de isenções tributárias. O que é foco da nossa atenção no Parlamento é que muitas dessas renúncias fiscais não passam por esta Casa. Deputado Doutor Jean Freire, não passam pelo nosso crivo e não passam pelo controle social.

Curiosamente fiz um pedido de informação na Secretaria da Fazenda e recebi como resposta, querendo identificar as renúncias fiscais do Estado, que muitas delas seriam sigilosas porque tratam de questões estratégicas do governo. Vejam, receita renunciada é dinheiro a que o povo deixa de ter acesso e de ter direito a gastar nas políticas públicas. Então, o governo tem de primar muito. Que haja discricionariedade sobre política de desenvolvimento, mas, no que tange à renúncia fiscal, é necessário que haja transparência, para que não se transforme, deputado João Leite, em bolsa-empresário.

Aliás, assunto que ganhou grande destaque no ciclo de governo em que o Partido dos Trabalhadores estava capitaneando o País. Muitas bolsas-empresário, muito em favor para segmentos empresariais. Todas as renúncias fiscais favorecem somente empresários? Não. Muita renúncia fiscal, insisto, pode e deve ser encarada como ferramenta de desenvolvimento. E todas estão impactando a sociedade? Também não. É preciso dizer, com muita clareza, que temos dúvidas se todas as renúncias fiscais estão, de fato, a favor da sociedade ou a favor de determinado segmento empresarial ou econômico. Por isso, com uma ideia muito singela – e talvez resida nas ideias singelas a sua maior fortaleza –, é que apresentamos esse novo projeto de lei, para termos em Minas um dispositivo legal que obrigue o governo, deputado Doutor Jean Freire, não é este governo, mas o governo de Minas... Nós fazemos leis nesta Casa não é por oportunidade de plantão, quem está no governo e quem está na oposição. São projetos de lei que pretendemos se tornem dispositivos legais perenes, que aperfeiçoem a nossa governança pública. Então, estamos fazendo um projeto de lei, e vamos pedir apoio a V. Exas., para que o governo de Minas, esse ou o que entrar, tenha a obrigação de, mensalmente, publicar também na rede mundial de computadores, na internet, as renúncias fiscais por CNPJ – qual empresa teve benefício, quanto ela apurou de benefício –, para que nós, parlamentares, que temos o dever do mandato de fiscalizar o Executivo possamos fazê-lo, e principalmente, para que o cidadão melhore e aumente o seu empoderamento no controle das políticas públicas. Assim ele poderá

notar: “Essa empresa da minha cidade está tendo renúncia fiscal, mas não retorna em nada, ela diminuiu os empregos no último ano. Por que o governo está dando isenção para ela?”

É isso que queremos fazer. Chamo a atenção, deputado Gil, para um relatório que o Tribunal de Contas publicou recentemente, uma análise de contas do governo do Estado, um belíssimo trabalho sob a direção do conselheiro-presidente Terrão, que apontou que as renúncias fiscais de Minas estão aumentando e, o mais importante, já representam um volume de receita renunciada não arrecadada que supera em 10% o orçamento da saúde. Então, vejam os senhores como isso é um assunto crítico e relevante para a sociedade. Vivemos, segundo a adjetivação do próprio governo do Estado, uma calamidade financeira. É engraçado, porque nunca se discute a equação da dificuldade financeira pela realidade dos dois componentes: receita e despesa. É sempre cortar despesa, reclamar que não pode pagar. Por que a gente não pode observar que, nessa equação receita-despesa, pode-se aumentar, valorizar as receitas? Num momento de escassez financeira, em que não se pagam as obrigações com a saúde, em que há, rolando, um calote de R\$3.000.000.000,00 em relação aos municípios somente na área de saúde, em que questões de obrigações constitucionais como os repasses de ICMS, de IPVA e até o mínimo constitucional mineiro de 1% para a Fapemig não são consagrados, num momento como esse ainda vamos fomentar mais renúncias fiscais, deputado João Leite? Queremos ver, entender as renúncias fiscais, queremos transparência nelas, melhorar a governança pública, empoderar a sociedade para que ela controle os governos e entenda, de fato, o que é uma renúncia fiscal que fomenta desenvolvimento e o que é uma renúncia fiscal que são verdadeiras bolsas-empresário, que só atendem a interesses econômicos.

Essa é mais uma contribuição que esperamos dar à sociedade mineira por meio do nosso trabalho legislativo aqui nesta Casa. Por isso explicitamos nossa iniciativa e a consagramos com a iniciativa republicana de que não é para esse ou aquele governo. Portanto, pedimos o apoio dos pares. A matéria ainda está na Comissão de Constituição e Justiça e vamos trabalhar para a sua aprovação.

O deputado João Leite (em aparte)* – Obrigado. Acompanho a sua manifestação. Essa é uma iniciativa muito importante.

Deputado Antônio Jorge, hoje, acompanhamos mais uma manobra deste governo que penaliza o Estado de Minas Gerais. V. Exa. disse bem, não estamos tratando de um governo, mas do Estado. O que o Estado tem de financiar? A saúde, a educação, a segurança pública, que são áreas fundamentais. O que estamos acompanhando? O governo privatiza, passa aos empresários um dos melhores ativos que tem, que é a Codemig. Agora, na calada da noite, escondido da Assembleia Legislativa, do povo mineiro, desmembra-a; pega a Codemig que serve ao Estado, que não tem lucro, mas tem os servidores públicos que vêm servindo ao Estado, separando-a daquela que tem o lucro, que ninguém sabe qual é, dado o tamanho da jazida de nióbio dentro do Estado de Minas Gerais. Então, os empresários ficarão com a carne, com o lucro. Ficarão com o Estado de Minas Gerais o osso, porque o dinheiro que poderia ser investido em infraestrutura, em hospitais, em equipamentos para os hospitais irá para os empresários. Aquela parte do serviço público da Codemig ficará com o Estado e, é claro, vai gerar um prejuízo ao longo do tempo.

Então, V. Exa. trata da questão mais importante hoje do Estado de Minas Gerais. Este governo meteu a mão no dinheiro, onde quer que ele estivesse, e deixará o osso, a terra arrasada. A gestão do governo do PT é escandalosa. Por último, para além da renúncia fiscal, que V. Exa. trata e procura, por meio da legislação, impedir, vemos agora a entrega do patrimônio.

O PT que berrava, que gritava contra privatizações, entrega o melhor ativo do povo de Minas Gerais aos empresários. Os empresários ficarão com os lucros. O Estado de Minas Gerais ficará com o prejuízo. É um escândalo o que V. Exa. denuncia dessa tribuna, e me uno ao deputado para denunciar o escândalo do governo do PT. O Estado de Minas Gerais não se recuperará mais deste governo do PT. Que trabalhadores, não é? É o governo da privatização. Muito obrigado.

O deputado Antônio Jorge* – Muito obrigado, deputado João Leite. Esse é mais um tema em tela nesta Casa que nos preocupa sobremaneira. Já me manifestei aqui muitas vezes. Tenho um pensamento bastante liberal em termos de economia. Não

tenho *a priori* preconceito algum, nem faço nenhum discurso demagógico a favor ou contra privatizações. Acho que o Estado deve ser cada vez mais regulador e menos produtor. Isso é melhor para a sociedade.

Sempre defendemos determinadas privatizações, deputado João Leite, na história do País, porque tínhamos estatais absolutamente deficitárias que contribuíam pouco para a Nação e, portanto, as suas privatizações geraram muito mais dividendos para a sociedade, por meio do pagamento de impostos e *performances* mais arrojadas dessas empresas, do que se fôssemos manter verdadeiros elefantes brancos estatais. O PT condenou muito as privatizações. Podemos discutir forma e tal, mas o curioso, o que acontece agora não é um debate ideológico sobre a privatização. Na realidade, está sendo vendido um ativo altamente lucrativo e altamente promissor.

Esta Casa, deputado João Leite, precisa fazer um seminário sobre o nióbio. Precisamos entender sobre isso. A população não sabe o que é isso. O nióbio está no centro de cadeias produtivas de tudo que há de mais avançado do ponto de vista tecnológico, do ponto de vista de semicondutores. O nióbio será de fato o petróleo do futuro, aliás, já o é hoje. O valor agregado do nióbio já é altíssimo. Se vamos entregar a maior reserva do mundo de um insumo absolutamente estratégico para o mundo e para o País, no mínimo, a Casa do povo tem de esclarecer isso à população. Isso tem de ser esclarecido. Este deputado admite, com muita humildade, publicamente, que conhece pouco a economia relacionada ao nióbio, portanto temos de dar um freio de arrumação nisso. Antes de vender o maior ativo do País em termos minerários, vamos discuti-lo. Essa manobra, que V. Exa. citou com muita perfeição, na calada da noite, já mostra a que veio o poder econômico.

A Codemig, empresa que gera dividendos para o Estado, para ficar mais atraente ainda para a privatização, está secundando as atividades essenciais do Estado, mas que não são lucrativas, ou seja, vamos entregar um grande ativo estratégico. Outro dia ouvi uma conversa sobre a Cemig, sobre a privatização. Falaram: “Vamos entregar estrategicamente os rios”. Estamos entregando aquilo que é estratégico em termos de desenvolvimento tecnológico, que é o centro de muitas cadeias produtivas, insisto, o nióbio. Esta Casa precisa discutir, alertar a população sobre essa questão. Entre todas as sandices deste governo, essa superará todas, em todos os sentidos, se não houver serenidade no trato dessa questão.

Não nos colocamos frontalmente contrários à privatização, mas não vejo nenhuma maturação para este debate neste momento. Falta conhecimento, falta esclarecimento, falta avaliação. Estamos fazendo uma coisa açodadamente, em um ano eleitoral, para gerar uns tico-ticos e pagar conta atrasada. É lamentável ver o ativo, ver o patrimônio dos mineiros ser tratado dessa forma. Obrigado, presidente. Desculpe-me o tempo excedido.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Léo Portela* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, hoje venho a tribuna para falar de uma necessidade que temos na Assembleia Legislativa, que é a votação e a aprovação do projeto de Lei Escola sem Partido. O Projeto de Lei nº 4247/2017, de minha autoria, institui a escola sem partido em Minas Gerais. É uma necessidade não apenas em nosso estado, mas também em todo o Brasil.

No entanto, é um tema polêmico, ou seja, que traz bastante polêmica às discussões a respeito do andamento, da necessidade e dos efeitos desse projeto. São discussões calorosas e ideológicas que, às vezes, deixam a ideologia superar a razão. Isso faz com que a necessidade e a seriedade do projeto restem prejudicadas.

Vejam bem. Quero elencar alguns pontos, mais precisamente seis, que constituem o projeto Escola sem Partido. O que diz o projeto? Número 1 – O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias. Número 2 – O professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas ou da falta delas. Número 3 – O professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará os seus alunos a participarem de manifestações, atos públicos e passeatas. Número 4 – Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos de

forma justa, isto é, com a mesma profundidade e seriedade, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito. Número 5 – O professor respeitará o direito dos pais de que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções. Número 6 – O professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros dentro da sala de aula.

O projeto Escola sem Partido busca coibir, proibir o abuso do direito de ensinar do professor. O professor é um agente público e, como tal, pago com o dinheiro dos nossos impostos, não pode exercer o seu papel de professor militante. Quer dizer, não pode ser ali um professor que confunde as suas funções, a função de ensinar, a função sagrada de lecionar com o papel de um militante e de um sindicalista. Ainda mais quando se trata de um professor que é pago com o dinheiro dos impostos da nossa gente.

A revolução cultural gramscista, comunista, apregoa que o primeiro passo para a tomada do poder é a tomada das escolas. Diziam Antônio Gramsci que era desnecessário tomar os quartéis e pôr tanques nas ruas e que o ideal era tomar as escolas e as mentes dos jovens. Isso tem sido implementado no Brasil. Vemos professores militantes e comunistas que inibem o pensamento diverso do pensamento deles, qual seja, o pensamento da direita, numa sala de aula. Se um professor não pensa, não lê a cartilha do sindicato e não ensina conforme apregoa a cartilha do Sind-UTE na sala de aula, ele sofre retaliação de colegas e é posto à margem do convívio social. Não podemos aceitar que os nossos filhos recebam uma educação que fale apenas dos ideólogos de esquerda e ensine apenas Karl Marx, Antônio Gramsci e Paulo Freire. Temos de ter um ensinamento na sala de aula que mostre as diversas correntes de esquerda e de direita.

O que eu disse sobre o projeto Escola sem Partido é que ele nada mais faz do que dizer aos alunos quais são os seus direitos, que são esses seis tópicos aqui elencados. Uma pessoa que é contra o projeto Escola sem Partido, na verdade, é contra o direito de o aluno saber quais são os deveres dos professores. Os professores não podem se aproveitar do palanque cativo, ou seja, da audiência cativa que têm na sala de aula para doutrinar, para levar os seus alunos não a um pensamento crítico, mas a um pensamento direcionado apenas à ética, à ideologia e à moral da esquerda, algo que não é feito de maneira ampla e inclusiva. Dizem aí, nos corredores ou nos pensamentos contrários ao nosso projeto, que ele é um projeto que traz a mordação. De forma alguma.

O projeto Escola sem Partido não é um projeto que amordaça; é um projeto que amplifica o direito, porque faz com que os alunos tenham oportunidade de escutar a respeito de teóricos da direita, do centro e da esquerda. Não podemos aceitar mais que o professor na sala de aula de Minas Gerais fale exclusivamente da esquerda para os nossos alunos.

Temos recebido, em nosso gabinete, diversas denúncias a respeito de trabalhos, provas e avaliações aplicados em sala de aula, em que o pensamento do aluno, se não for concordante com o de esquerda, é zerado, o aluno perde pontos, é reprovado, o seu pensamento crítico é totalmente cerceado. Se ele não pensa como apregoa a esquerda, não recebe os pontos devidos na sua avaliação.

Então, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, devemos estar atentos ao projeto Escola sem Partido. Esse projeto teve aqui o seu andamento bastante conturbado, porque o relator perdeu o prazo, na Comissão de Constituição e Justiça, para que o relatório fosse exarado diante da comissão. Perdeu-se o prazo. O projeto deveria vir a Plenário e ser lido, o que não aconteceu. Isso não aconteceu regimentalmente. Esse projeto retornou à comissão, e novamente o relator teve prazo, mas não apresentou o relatório. O projeto voltou ao Plenário, onde um membro da Mesa sentou-se em cima dele e não deixou que ele fosse lido. Perdemos mais tempo. Posteriormente, depois de bastante reclamação, da nossa intervenção, inclusive da possibilidade de judicialização do andamento do projeto, ele foi lido pela Mesa. Agora, aguardamos que esse projeto seja encaminhado às devidas comissões e pautado, para que venha a Plenário e seja votado. Não é possível que Minas Gerais tenha as suas escolas aparelhadas pela esquerda como tem acontecido, aliás, não apenas em Minas Gerais, mas também em todo o Brasil. Dos bancos das escolas, estão saindo os militantes e sindicalistas, vendidos, que posteriormente levarão adiante não as ideias que transformarão o Brasil, mas as ideias implementadas por partidos políticos nas mais tenras idades dos nossos estudantes, em Minas Gerais, e isso não pode acontecer. Isso tem de acabar. O direito à livre expressão do professor é limitado. O professor não tem direito de ensinar o que quer na sala de aula, porque ele tem de

estar restrito ao plano de ensino, e assim não tem liberdade de ensinar o que quiser, ainda mais em se tratando de agente público, que deve respeitar a neutralidade. O agente público não pode ser financiado com recursos dos nossos impostos para implementar ideologias político-partidárias. Queremos que os nossos alunos tenham acesso a todos os pensadores, queremos que os nossos alunos tenham acesso a todas as ideologias, para que sejam cidadãos completos e não cidadãos direcionados, robôs, não um militante construído nos bancos de sala de aula, para, posteriormente, aparelhar os partidos políticos e os sindicatos. Não! Queremos formar pensadores, cidadãos completos, para transformar o Brasil.

Não podemos mais permitir que a revolução cultural gramscista seja implementada à luz do dia, às claras, e pagas com recursos do contribuinte, em Minas Gerais. Os impostos da nossa gente não podem ser usados para financiar aparelhamento de partido político e de sindicato. Queremos que Minas Gerais tenha alunos livres, alunos que tenham acesso a todo tipo de conhecimento. Não podemos aceitar mais que os nossos alunos sejam amordaçados, não podemos aceitar mais que professores que não rezam na cartilha do Sind-UTE sejam amordaçados. Queremos que os professores possam ensinar de maneira ampla e democrática.

Acima de tudo, não podemos mais compactuar com dinheiro dos impostos financiando professor que abusa de audiência cativa para doutrinar. Isso não pode acontecer num Estado Democrático de Direito, isso não pode acontecer em nenhuma democracia séria no Brasil e no mundo. Isso tem de acabar! O projeto Escola sem Partido é relevante, precisa ser votado nas comissões, precisa ser pautado na Comissão de Educação, precisa vir a Plenário e ser aprovado. Nós precisamos de alunos com consciência crítica e ampla, e não alunos doutrinados pela esquerda, que leem a cartilha do comunismo, não alunos que estão à mercê de sindicatos, professores e doutrinadores que não têm compromisso com a ética e a seriedade do ensino, mas com ideologias político-partidárias. Isso não pode acontecer, isso tem de acabar. É urgente a aprovação do projeto Escola sem Partido em Minas Gerais. Escola sem partido já! Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* – Sr. Presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, Srs. Deputados, novamente os servidores públicos do Estado de Minas Gerais e o Sindpúblicos estão aqui presentes. Hoje pela manhã eles também vieram aqui. Isso agora é uma constante. É um choro por causa da injustiça que este governo está cometendo contra o servidor público do Estado. É uma tristeza! O choro é de todos nós. Eu, que sou filho de servidor, vejo os servidores vindo à Assembleia Legislativa para falarem dos seus direitos. É muito triste ver o que este governo do PT fez contra o servidor público do Estado de Minas Gerais. Ele diz que não há condições de fazer o que foi prometido, ele deu a palavra. O que vale a palavra deste governo? As pessoas que estão nos servindo no Estado de Minas Gerais, que servem a nossa população, são tratadas dessa maneira, e o governo do PT as desconhece e agora elas vêm à Assembleia Legislativa. Deputado Sargento Rodrigues, isso será uma constante. Acabou a paciência do servidor público. Ele não aguenta mais este governo do faz de conta, da mentira, que fala que não tem dinheiro para fazer reposição, para pagar a inflação ao servidor público, mas faz propaganda no valor de R\$100.000.000,00. Você liga a TV, assiste ao *Jornal Nacional* da TV Globo e vê os servidores felizes em Minas Gerais, o Estado do faz de conta, o Estado que diz ser democrático, mas não dialoga, não conversa, não cumpre o que assume com o servidor público. É lamentável. Este governo do PT agora, na calada da noite, no escondido, desmembrou a Codemig, pegou a parte onde estão os servidores públicos e a colocou aqui e deu aos empresários a outra parte que tem o nióbio, o dinheiro e o lucro.

Um escândalo! Esse partido que gritou a vida inteira contra a privatização pega a parte do servidor público, Célio Moreira, que serve à população de Minas Gerais, Célio Moreira, e vai acabar, no futuro, dizendo: “Não tem dinheiro para pagar o servidor público”. Vamos ter de dispensar o servidor público porque não tem dinheiro, pois o dinheiro do nióbio foi para os empresários. Aquela empresa que está lá em Araxá, a CBMM, ficará com o lucro, e o servidor público do Estado de Minas Gerais com a dispensa, ou seja, será dispensado. Não tem dinheiro para atualizar o salário do servidor público. É um escândalo o governo do PT.

Antes de conceder um aparte ao nosso líder Gustavo Valadares, que está acompanhando a situação, que está acompanhando o hospital do Ipsemg, que está acompanhando que não há atendimento à saúde para o servidor do Estado, que está acompanhando que não há número de agentes socioeducativos nas nossas unidades, que está acompanhando que o sistema está dando sinal de alerta para o Estado de Minas Gerais... Estamos acompanhando tudo isso, lamentavelmente.

Queríamos que estivesse tudo certo, mas está aqui o decreto do governador. Ora, o governador quer implantar em Minas Gerais a inspeção veicular, mais um dinheiro. Está aí, deputado Inácio Franco, caminhando pelo Estado, gente como o Sr. Calazans, que negocia a inspeção veicular. Cada um que tem um carro agora, além de pagar o licenciamento e a placa, terá de pagar uma inspeção veicular que o Estado perfeitamente poderia fazer, onerando o contribuinte. Você que tem o seu carro, e o PT gosta de falar que deu o carro. Deu o carro, e a população brasileira teve de devolvê-lo, porque veio o desemprego e não tem como pagá-lo. Agora deram o carro e darão a inspeção veicular também. Você terá de pagar uma inspeção veicular.

Digo ao líder, deputado Sargento Rodrigues, que é um dos nossos grandes líderes do servidor público: “Temos de parar isso”. Espero que o deputado Gustavo Valadares, a quem passo agora a palavra, tenha uma solução para essa situação. O Estado vai entregar o dinheiro para empresa privada e dispensar os servidores do Estado? O que vamos fazer, deputado Gustavo Valadares?

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Deputado João Leite, queria lhe agradecer pelo aparte. E dizer o seguinte: a cada dia, chega à Assembleia Legislativa uma nova notícia dos calotes deste governo petista e da falta de cumprimento das suas obrigações nas mais diversas áreas.

Ali estão funcionários do setor administrativo do sistema penitenciário e socioeducativo, que estão sendo ameaçados de terem os pontos cortados e terem abertos processos de demissão por estarem em greve. O interlocutor do PT que fez essas ameaças a esse movimento grevista é um ex-sindicalista, Calazans, cujas histórias do meio dos sindicatos e de movimentos grevistas todos aqui conhecem. Ele é campeão de greve. Esse é o retrato do PT. Não cumpre suas obrigações, seus compromissos e, mais do que isso, tem a cada dia rasgado e queimado aquilo que foi o seu discurso ao longo das últimas duas décadas nesta Assembleia Legislativa como oposição. Tem se tornado PhD em calotes.

Estive agora almoçando com prefeitos, que falaram que continuam sem receber a parcela que é devida aos municípios do IPVA, a parcela cota-parte do ICMS, pois é direito, pertence aos municípios, e ainda, sete parcelas do transporte escolar e saúde pública.

Sobre o Ipsemg, V. Exa. nos deu conhecimento há 15 dias, em uma reunião do bloco de oposição, da denúncia que fizeram vários sindicatos sobre as mazelas pelas quais passa o instituto com relação ao precário atendimento à saúde e à falta de pagamento aos hospitais e clínicas credenciadas em todo o Estado de Minas Gerais.

Também fizemos uma reunião, hoje mais cedo, liderada pelo deputado Gil Pereira, com os servidores da Uemg e da Unimontes, que, em 30/8/2016, assinaram com este governo petista um documento para o cumprimento de 13 compromissos. Desses 13 compromissos, nenhum foi cumprido. Nenhum! Hoje, o que se vê na Uemg e na Unimontes é um constante êxodo de alunos. Na reunião, representantes de alunos disseram que, se no 1º período eram 30 alunos, hoje, no 2º período, são 5, porque o Estado dá o calote no auxílio devido aos estudantes.

Esse é o retrato do governo petista em Minas Gerais: calote, calote e calote. A solução, deputado João Leite, não será dada apenas por nós, mas pelos mineiros: outubro há de chegar, e esses que hoje estão no governo nunca mais voltarão. Obrigado pelo aparte.

O deputado João Leite* – Obrigado a V. Exa. Agora não para mais: o servidor público vem à Assembleia Legislativa denunciar este governo golpista. O governo do PT deu o golpe nos servidores públicos, aos quais prometeu que seriam respeitados, mas os desrespeita. O número da mentira, que antes era outro, será mudado: agora será o 13.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Deputado João Leite, ouvimos as palavras de V. Exa. com atenção e, pela manifestação da plateia, vê-se o verdadeiro conteúdo do seu pronunciamento, com as verdades que V. Exa. apresenta. V. Exa. disse que este governo se perdeu completamente, que é desarvorado, desajustado e desastroso, e quero dar um testemunho disso.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva, que preside esta reunião, e eu, como membro efetivo da Comissão de Saúde, estivemos com os servidores do Ipsemg para ouvi-los sobre sua situação. Entre outras coisas, deputado João Leite, ouvimos dos servidores efetivos do Ipsemg que no Hospital Israel Pinheiro faltam fraldas, soro, sabão. Os médicos estão recebendo propostas melhores de outros hospitais e saindo de lá. Embora tenha um concurso válido até junho de 2018, o governo Pimentel, do PT, está contratando pessoas por recrutamento amplo, infringindo grosseiramente a Constituição Federal. A Tieta, servidora efetiva, afirmou que o secretário de Planejamento, Helvécio, disse que o servidor do Ipsemg estava fora do 13º salário; que, por ser servidor do Ipsemg, não teria direito a isso. Essa afirmação foi feita pela Tieta, de público, em nossa reunião. Os servidores disseram também que, durante a campanha, o governador Pimentel assinou com o sindicato do Ipsemg o compromisso de fortalecer o instituto. Veja como o governo está fortalecendo o Ipsemg, deputado: está acabando com ele.

Todos os tratamentos de quimioterapia são deficientes. O paciente vem do interior para fazer quimioterapia e não consegue tratamento e volta. Veja, V. Exa., aonde estamos chegando. Eu, os deputados Dalmo Ribeiro Silva e Carlos Pimenta, a deputada Ione Pinheiro e o deputado Doutor Jean Freire, da base de governo, testemunhamos isso hoje.

A Comissão de Saúde, ao ouvir isso, procurou mostrar o que está acontecendo com o servidor público, de um modo geral. V. Exa. sabe que o Estado desconta de cada servidor 3% para o Ipsemg, na folha de cada um, que vai para o caixa único do Estado. Por isso é que está faltando dinheiro para os hospitais, para as clínicas, para os laboratórios. A cota que o Ipsemg remete aos hospitais da capital, às clínicas, aos laboratórios e ao interior, de modo geral, não chega ao 12º dia do mês, porque acaba antes. E, daí para a frente, não tem mais jeito de se fazer tratamento, de se fazer exame de laboratório, de se fazer nada.

Estou apenas aproveitando o belo pronunciamento de V. Exa. para dar esse triste testemunho hoje.

O deputado João Leite* – Muito obrigado, deputado Bonifácio Mourão. V. Exa. ainda traz mais luz para a situação do servidor público do Estado de Minas Gerais.

Outro dia, minha mãe, servidora aposentada, com 86 anos de idade, permaneceu por cinco horas no hospital, e, ao final, disseram que ela não poderia ser atendida. Essa é a situação do servidor. Agora imaginem a situação de alguém em tratamento de câncer que se deslocou do interior para a capital e não foi atendido para fazer sua quimioterapia. O governo do PT é um escândalo.

Parabéns, deputado Dalmo Ribeiro Silva, que, neste momento, com a ausência do presidente da Assembleia, é o presidente desta sessão. V. Exa. saiu da Casa e se deslocou para ver a situação da saúde do servidor público do Estado de Minas Gerais. É disso que precisamos. É disso que o servidor precisa. Quando atendemos ao servidor, atendemos à população também. O mais grave é que o que financiaria o Estado, que são os seus bens, como a jazida de nióbio, em Araxá, está sendo entregue pelo governo do PT ao particular.

Deputados Sargento Rodrigues, Antonio Carlos Arantes, Bonifácio Mourão, Dalmo Ribeiro Silva, a oposição desta Casa tem a obrigação de ingressar na Justiça contra a venda dos ativos que pertencem à população de Minas Gerais. Depois que eles venderem e os empresários lucrarem, não sobrá dinheiro para pagar aos servidores públicos e a população ficará sem o serviço público no Estado de Minas Gerais. Chegaremos ao caos.

Por fim, também temos de estar atentos e ir à Justiça e ao Ministério Público. Não é possível que este governo do PT, que é o governo que mais aumentou imposto de combustível, queira agora também cobrar imposto de inspeção veicular. Esse é outro escândalo, deputado Sargento Rodrigues. Querem fazer isso por decreto, sem vir para a Assembleia Legislativa, porque passariam vergonha aqui. Para onde está indo esse dinheiro arrecadado pelo governo do PT?

O governo do PT terá de explicar muitas coisas, mas, principalmente o golpe que deu no servidor público de Minas Gerais e no serviço público de Minas Gerais. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembleia. Quero cumprimentar os técnicos e servidores administrativos do sistema prisional e socioeducativo que hoje ocupam aqui as galerias da Assembleia. Parabéns ao Sindpúblicos pela luta. Vocês estão de parabéns, homens e mulheres aqui presentes, com coragem, lutando pelo direito de vocês. Peço apenas um minuto para que eu possa falar primeiro de um tema, e, imediatamente, retomamos o tema que é de interesse de vocês.

Há dias quero ocupar esta tribuna para trazer aqui as falsas notícias deste governo. Como sempre, falsas notícias. Jornal *O Tempo*, datado do dia 20/2/2018: “Minas reforça PM na divisa com Rio após intervenção”. Jornal *Estado de Minas*, também do dia 20: “Comandante diz que a corporação está preparada para conter eventual tentativa de migração de bandidos de estado vizinho. Reforço policial na divisa do Estado do Rio”. *Metro Jornal*: “Policiamento é ampliado na divisa de Minas Gerais com Rio de Janeiro”.

Fico aqui pensando como é que jornais sérios podem propagar tanta mentira vinda da assessoria de imprensa deste governo. E por que falo tanta mentira? Falo para que o nosso telespectador possa compreender e para que os visitantes das galerias possam compreender. Este governo, o atual governo do PT, que não podemos falar nem que é governo, mas esse desgoverno, não tem gestão, não tem respeito pela coisa pública, não tem administração, é uma lambança só, diz que haverá reforço de efetivo nas divisas com o Estado do Rio de Janeiro, São Paulo – especialmente com o Rio de Janeiro por causa da intervenção. Falácia, porque o efetivo da Polícia Civil e da Polícia Militar minguou neste governo de forma brutal. O encolhimento do efetivo é enorme. Vai reforçar de que jeito, sem efetivo?

Nossos assessores acabaram de retornar de uma semana de viagem com o gabinete itinerante, visitando unidades da Polícia Militar na divisa com o Estado do Espírito Santo. Vergonhoso. Viaturas quebradas, muitos coletes vencidos, estrutura física do quartel péssima, não oferecendo segurança para os próprios servidores, na divisa com o Estado do Espírito Santo. No Rio de Janeiro é pior ainda, não há efetivo. Os policiais estão ali fazendo das tripas coração, trabalhando diuturnamente, cumprindo bem a sua missão. Mas é impossível reforçar. Onde o comandante achou efetivo? Para ludibriar o cidadão? O comandante-geral da Polícia Militar fez brotar efetivo no seu gabinete, da noite para o dia? Não existe, comandante. Uma falácia, uma mentira enorme.

Como presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia, tenho o dever de vir a público dizer que o governo mente, descaradamente. O governo fez promessas, durante a sua campanha, no dia 4/9/2014, aproveitando-se do velório de um investigador da Polícia Civil em que ocorreu uma manifestação do Sindpol na Praça da Liberdade. E começou dizendo que a Polícia Civil estava em luto, que a segurança pública em Minas Gerais estava em luto. Falou um punhado de abobrinhas, e disse que contrataria 12 mil policiais civis e militares. Disse que iria equipar, requalificar, remunerar; que iria comprar viaturas e colocar *tablets* nas viaturas. Onde estão as viaturas, governador Fernando Pimentel? Onde estão os 12 mil policiais civis e militares? Já está chegando o fim do seu mandato, só faltam 10 meses, e o senhor não conseguiu contratar, através de concurso público, nem 4 mil policiais? Ou seja, nem um terço do prometido ele conseguiu. E agora vem dizer para a população de Minas Gerais, através do comandante-geral da Polícia Militar, que ela pode ficar tranquila; que, com a intervenção no Rio, não vai haver migração de criminosos para Minas Gerais, que a polícia está atenta e monitorando. Mentira, Sr. Governador. Não fale mais mentira para o povo de Minas Gerais. O cidadão não aguenta mais político sem escrúpulo, mentiroso e corrupto.

O cidadão está enjoado com isso. Ele não aguenta mais, não aguenta ver o Estado ser esfacelado em suas políticas públicas, em todas as áreas.

A segurança pública, governador, é uma lástima, e o senhor se depara com uma situação como aquela. Ora, fiquei 15 anos na Polícia Militar, tenho 19 anos de mandato nesta Casa, presido a Comissão de Segurança Pública pela quarta vez e nunca vi um crime tão bárbaro, à luz do dia, em plena Belo Horizonte, como o que aconteceu ontem: o cidadão foi atingido por 50 tiros de fuzil 762. Para quem está nos ouvindo e nos acompanhando, nunca na história do Estado de Minas Gerais aconteceu uma barbárie como essa. Daí, vão para a televisão e mentem, mascaram as estatísticas, como ouvimos aqui o promotor de justiça dizer que foi vítima de uma tentativa de roubo. Colocaram no boletim de ocorrência da Polícia Militar tentativa de furto. Para quê? Para haver uma subnotificação. E quem disse isso não foi o cidadão comum, do povo, mas um promotor da promotoria criminal, que conhece o direito penal, que domina o assunto, ou seja, uma pessoa altamente qualificada para operar o direito. E, com o promotor vítima, eles transformaram tentativa de roubo de uma pessoa com arma em punho em tentativa de furto. Uma vergonha: subnotificação, dados estatísticos furados, crime avançando em Minas Gerais, e o governo fazendo falsas promessas por intermédio do comandante-geral da Polícia Militar. Uma lástima, uma vergonha este governo.

Três anos sem reposição da perda inflacionária dos servidores públicos de Minas Gerais, três anos de governo, dois anos de parcelamento: onde está o governo? Partido dos Trabalhadores? Que vergonha! É tão vergonhoso que não há neste Plenário um deputado do Partido dos Trabalhadores para defender o governo. Onde estão eles? Onde estão os deputados do Partido dos Trabalhadores? Filmem o Plenário. Gostaria que a TV Assembleia filmasse o Plenário. (– Manifestação nas galerias.) Por gentileza, TV Assembleia, filme o Plenário. Quero mostrar que não tem aqui deputado da base de governo para contrapor a fala deste deputado. Vêm dizer que não tem três anos sem reposição da perda inflacionária; vêm dizer que não tem dois anos de parcelamento; vêm dizer que a segurança pública não está sucateada. Sucateou tudo. Este governo é uma lástima e vem esfacelando todas as políticas públicas. Essa é a realidade.

Recebi agora um *e-mail* gentil e carinhoso que enquadra exatamente a situação dos técnicos e servidores administrativos dos sistemas prisional e socioeducativo, que estão aqui pedindo, pelo amor de Deus, para o governo cumprir um acordo firmado com a categoria em 2015. (– Manifestação nas galerias.) Eles estão suplicando. Recebi um *e-mail* que fala da perda inflacionária segundo o IPCA, que é de 21,1%. (- Lê:) “Boa noite, nobre deputado. Assisti hoje à reunião do Plenário” – isso foi semana passada – “em que o senhor discursava sobre a perda salarial de 21,1% dos servidores do Poder Executivo. Fiquei satisfeito que alguns deputados eleitos estejam incomodados com essa situação, porque os servidores da Secretaria Estadual de Saúde estão e muito. Por esse motivo, estamos em campanha pela isonomia da ajuda de custo de R\$105,00 para todos os servidores,” – Ajuda de custo, Dalmo, de R\$105,00! Olha o que o servidor está pedindo! Isso aqui é uma miséria, isso aqui é uma vergonha! – “o que já foi concedido para outros órgãos, como o meio ambiente. Gostaria de contar com o seu apoio. Estaremos nos mobilizando dia 28/2, na Cidade Administrativa, a partir das 10 horas.” Esse é o *folder* do movimento. “Já somos mais de 600 servidores mobilizados no Estado, porque as regionais estarão parando também. Contamos com você. Grande abraço, Maria Natália C. Silva, especialista em políticas de gestão da saúde.” Está aqui o panfleto do Sindpublicos, sindicato dos servidores da saúde, chamando para a manifestação.

Da mesma forma, os servidores estão na galeria. Fizeram um acordo com eles para encaminhar o projeto para reestruturação da carreira. Prometeram abono, prometeram isso, prometeram aquilo, prometeram concurso.

Onde está o governo do PT? Sei onde está. Muitos aqui não gostam que eu fale, mas tive a oportunidade de buscar cópia daquela Operação Acrônimo, onde o governador está envolvido até a orelha, acima do pescoço. E nos debruçamos sobre mais de cinco mil páginas para verificar o que havia ali de mais pesado. Quase toda aquela cúpula que está hoje no governo, que, na verdade é uma quadrilha, está na Operação Acrônimo. O governador nomeou uma verdadeira quadrilha, cujo chefe da organização criminosa se chama Fernando Pimentel do PT. É por isso que ele não está nem aí para servidor público, para a gestão pública, porque colocou lá Eduardo Serrano, Otílio Prado, Helvécio Magalhães e o maior 171 da história para negociar com o funcionalismo público. E eu disse para o servidor e vou dizer: “Se o governo mandar Carlos Calazans, que um dia disse ser sindicalista, para negociar com vocês, não

aceitem. Virem as costas para ele e deem uma vaia nele. Ele foi escalado para ludibriar os servidores públicos”. Não fizeram isso só com vocês mas também com o pessoal da Polícia Civil, da Polícia Militar, dos Bombeiros, da Saúde e da Fazenda. Fizeram isso com todos os servidores públicos. Eles vão tentar negociar com o governo, aí vem o Carlos Calazans, doutor em 171. Então falem para o Carlos Calazans: “O deputado Sargento Rodrigues chamou você, da tribuna, de doutor em 171”. Ele é o verdadeiro estelionatário. É o cara que foi colocado para embromar, para despistar, para ganhar tempo. Tudo do Calazans é criar uma comissão. Isso é estratégia do governo do PT, gente. Não acreditem. Mantenham-se firmes na mobilização. Aproveitem e juntem-se ao pessoal da saúde. Vocês estão precisando dar um tranco neste governo. Cadê o Partido dos Trabalhadores, cadê os defensores de trabalhadores? Ele está defendendo quem? Está defendendo as mordomias de Pimentel, que gosta muito de buscar seu filho de helicóptero em Escarpas do Lago, depois de uma ressaca de *réveillon*. É disso que eles gostam, a chamada esquerda caviar. Onde está o defensor dos trabalhadores? Está aqui no Plenário?

Hoje estamos aqui, dia 27 de fevereiro, às 15h8min, e não há nenhum deputado do PT para fazer nenhuma defesa do governo. Será por quê? Porque não há defesa, não há o que explicar para os servidores públicos. Estão amargando a pior fase da história. Sabem quanto deram de rombo no Instituto de Previdência dos Servidores Militares? R\$2.900.000.000,00. Faliram o Ipsemg. O pessoal não consegue consulta, não consegue um médico especialista. Cortaram o laboratório, médicos e clínicas que estavam conveniados com o Ipsemg. Fizeram a mesma coisa com o IPSM. Eles estão acabando com tudo. Eles estão destruindo tudo na saúde, na educação e na segurança pública. Terra arrasada, deputado Dalmo. Essa é a palavra do governo do PT, terra arrasada. Por que nenhum deputado do PT vem aqui defender os servidores do sistema socioeducativo e do sistema prisional, os administrativos e técnicos? Por que não vem ninguém? Cadê a bandeira do PT? Cadê a bandeira do Partido dos Trabalhadores? Onde está? Sucumbiram às benesses, sucumbiram àquela mordomia e esqueceram-se dos trabalhadores. Essa é a realidade em Minas Gerais. O governo do PT está destruindo o serviço público, acabando com o Estado, acabando com as políticas públicas deste estado que foram consolidadas.

Tem gente aqui hoje, deputado Carlos Pimenta, que morre de saudades do PSDB. Éramos felizes e não sabíamos. Olhem o que fizeram conosco. Aquela turma da petezada, aquela turma que acompanhou o PT dizendo: “Nós vamos de Pimentel”. Pimentel é isso.

Onde está o Pimentel? Bateram na porta da Cidade Administrativa 600 prefeitos para que o governador explicasse a falta do repasse. Nem lá ele deu as caras, nem o secretário de Estado.

Portanto, continuem firmes na mobilização, juntem-se ao pessoal da saúde e não parem. Governo nenhum atende se não houver pressão.

O deputado Carlos Pimenta (em aparte)* – Em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, que é cheio de coerência. V. Exa. é um deputado coerente e, desde o primeiro dia do seu mandato, tem defendido o sistema de segurança do nosso Estado, as Polícias Militar e Civil e o sistema dos servidores administrativos e socioeducativos que aqui estão, com toda legitimidade, solicitando um acordo que foi feito. Neste governo o que é acordado não é cumprido, a verdade é essa. São servidores que trabalham, principalmente numa área... E a sociedade tem que aplaudir de pé o trabalho de vocês. A sociedade tem que reconhecer o esforço desses funcionários que dedicam toda a sua vida principalmente para resgatar jovens – e têm conseguido, graças a Deus. Portanto, recebam nossa solidariedade e nosso aplauso.

Estamos vivendo um momento de exceção em nosso estado. O pessoal do Ipsemg está de greve, a saúde está passando por todas as dificuldades, e agora essa classe tão valorosa tem de ter o apoio incondicional desta Casa. Parabéns, Rodrigues! Parabéns a vocês!

O deputado Sargento Rodrigues* – Já encerrarei, presidente. Agradeço ao deputado Carlos Pimenta, meu colega e líder da nossa bancada.

Quero dizer aos servidores, mais uma vez: governo nenhum atende sem que haja pressão. Continuem pressionando.

Sr. Calazans, pare de ameaçar servidor, pare de cortar ponto, pare de falar que vai abrir sindicância, pare de falar que vai abrir processo administrativo. O senhor deveria olhar um pouco o seu passado como sindicalista. Isso é covardia sua, Calazans, e do governo corrupto a que o senhor está servindo.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 26/2/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 1º/3/2018, que nomeou Eduardo Martins de Almeida para o cargo de Assessor Parlamentar, padrão VL-41, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

exonerando, a partir de 5/3/2018, Cleide Lombardi Silveira Marques, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

exonerando, a partir de 5/3/2018, Jaqueline Aparecida de Oliveira Teixeira, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

exonerando, a partir de 5/3/2018, Mariza de Fátima Varella Almeida Santos, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

exonerando, a partir de 5/3/2018, Thiago Henrique Ferreira Matos, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Iran Barbosa;

nomeando Alexander Machado da Silva, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

nomeando Iva Correa de Sá, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

nomeando Rayane Reis, padrão VL-41, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

nomeando Silvano Ferreira Martins, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Vanderlei Miranda;

nomeando Thiago Henrique Ferreira Matos, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

Nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009 e 2.610, de 2/3/2015, assinou os seguintes atos:

dispensando, a partir de 5/3/2018, Aluísio do Espírito Santo da Função Gratificada de Nível Superior – FGS, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Administração de Pessoal – Central de Atendimento e Orientação de Pessoal;

designando Fábio José Marchesini Fonseca para a Função Gratificada de Nível Superior – FGS, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Administração de Pessoal – Central de Atendimento e Orientação de Pessoal.

PROGRAMA ASSEMBLEIA CULTURAL

EDITAL Nº 6/2017

PROJETO OCUPAÇÕES ARTÍSTICAS – TEATRO

A Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais faz saber aos interessados o resultado final do processo seletivo do Projeto Ocupações Artísticas – Teatro, conforme previsto no item 9.10 do Edital nº 6, de 1º de novembro de 2017.

RESULTADO FINAL, por ordem de classificação:

CLASSIFICAÇÃO GERAL		
MODALIDADE I – TEATRO ADULTO		
Classificação	PROPOSTA	
1º	Ondas de Onde Parto	
2º	Colóquio Sentimental	
3º	Des espera	
4º	A Comédia Mágica	
MODALIDADE II – TEATRO INFANTIL		
Classificação	PROPOSTA	
1º	Jojô e Palito em: As Cigarras e as Formigas	
2º	Sem Fonia Musical	
3º	A Magia da Sustentabilidade	
MODALIDADES III, IV E V – DANÇA, PERFORMANCE/OUTROS E SHOWS DE MÚSICA		
Classificação	PROPOSTA	Categoria
1º	Coletivo Ana – “Ana Acústico”	Música
2º	Banda Conecto	Música
3º	Dois Lados apresenta: Falando de Amor	Musica
4º	Kradin Junior – 25 anos de magia	Mágica
5º	Saáda Talibah – Viagem ao Folclore Egípcio	Dança
6º	Vila – Vivaldi: Concertos para Bebês	Música
7º	Léo Mendonça – Coletânea	Música
8º	O Lado Bom, Bia Lucca	Música

Conforme disposto no item 9.7 do Edital nº 6/2017, a nota final da proposta é composta pela média das notas dos pareceristas que a avaliam, como previsto no § 2º do art. 9º da Deliberação da Mesa nº 2.666, de 2017, sendo consideradas aprovadas as propostas que obtenham aproveitamento mínimo de 70 %.

A Coordenação do Espaço Político Cultural – EPC – se responsabilizará pela montagem da agenda de apresentações do Projeto Ocupações Artísticas – Teatro/2018 e pela convocação dos candidatos aprovados, respeitando-se a ordem de classificação.

Belo Horizonte, 2 de março de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

PROGRAMA ASSEMBLEIA CULTURAL

EDITAL Nº 7/2017

PROJETO OCUPAÇÕES ARTÍSTICAS – GALERIA DE ARTE

A Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais faz saber aos interessados o resultado final do processo seletivo do Projeto Ocupações Artísticas – Galeria de Arte, conforme previsto no item 9.9 do Edital nº 7, de 1º de novembro de 2017.

RESULTADO FINAL, em ordem de classificação:

CLASSIFICAÇÃO GERAL	
PROPOSTAS SELECIONADAS	
1º	Arpilleras, Bordando a Resistência
2º	Artistas Brasileiras em Quadrinhos
3º	Fotoverso
4º	Vestidas para Serem Adoradas
5º	Dimensões
6º	Faces Africanas – Os Povos do Rio Omo
7º	Acerca da Ciclicidade
PROPOSTAS EXCEDENTES	
8º	Para Que Todas Sejam Vistas ou Meninas dos Olhos
9º	Natural e Ingênuas
10º	Retratos Urbanos (streetphotography) das Cidades Históricas Mineiras
11º	Inocência Efêmera
12º	Espontaneidade
13º	Grafite Papel Grafite
14º	Fluxos (Real e o Lúdico)
15º	As Catarinas
16º	Corredor da Morte
17º	Fluxos Sinestésicos
18º	Brincante, O Lúdico e o Papel
19º	Rei-Boi-Liço Rosado
20º	Além da Barba e Tatuagens
21º	Anarriê de Minas

Conforme disposto no item 9.6 do Edital nº 7/2017, a nota final da proposta é composta pela média das notas dos pareceristas que a avaliam, conforme previsto no § 2º do art. 9º da Deliberação da Mesa nº 2.666, de 2017, sendo consideradas aprovadas as propostas que obtenham aproveitamento mínimo de 70 %.

Observando-se o disposto nos itens 2.2 e 3.2 do Edital nº 7/2017, as temporadas do Projeto Ocupações Artísticas – Galeria de Arte/2018 serão compostas por até duas propostas aprovadas, respeitando-se o limite de 14 convocações.

A Coordenação do Espaço Político Cultural – EPC – se responsabilizará pela montagem da agenda de mostras e exposições do Projeto Ocupações Artísticas – Galeria de Arte e pela convocação das propostas aprovadas, incluindo as excedentes, respeitando-se a ordem de classificação.

Belo Horizonte, 2 de março de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

PROGRAMA ASSEMBLEIA CULTURAL

EDITAL Nº 8/2017 – PROJETO MINEIRANÇAS

A Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais faz saber aos interessados o resultado final do processo seletivo do Projeto Mineiranças, conforme previsto no item 8.9 do Edital nº 8, de 1º de novembro de 2017.

RESULTADO FINAL, em ordem de classificação:

CLASSIFICAÇÃO GERAL	
PROPOSTAS SELECIONADAS	
1º	Associação dos Artesãos Nica Vilela – Fios e Formas de Itaguara
2º	Associação de Artesãos de Nova Lima – Artes da Terra
3º	Eco Ações Unidas
4º	Associação de Mulheres Empreendedoras e Filhos – Amef
5º	Associação de Desenvolvimento Rural Noiva do Cordeiro
6º	Associação dos Artesãos e Produtores Caseiros de Zig Zag, Buieie e Estação Velha – Ativarte
7º	Associação de Mulheres Rurais de Muriaé – Amur
PROPOSTAS EXCEDENTES	
8º	Associação Barralenguense das Bordadeiras e Artesãos
9º	Associação dos Artesãos de Paraopeba e Região

Conforme disposto no item 8.6 do Edital nº 8/2017, a nota final da proposta é composta pela média das notas dos pareceristas que a avaliam, conforme previsto no § 2º do art. 9º da Deliberação da Mesa nº 2.666, de 2017, sendo consideradas aprovadas as propostas que obtenham aproveitamento mínimo de 70 %.

A Coordenação do Espaço Político Cultural – EPC – se responsabilizará pela montagem da agenda das feiras e exposições do Projeto Mineiranças e pela convocação das propostas aprovadas, incluindo as excedentes, respeitando-se a ordem de classificação.

Belo Horizonte, 2 de março de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

PROGRAMA ASSEMBLEIA CULTURAL

EDITAL Nº 9/2017 – PROJETO SEGUNDA MUSICAL

A Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais faz saber aos interessados o resultado final do processo seletivo do Projeto Segunda Musical, conforme previsto no item 7.18 do Edital nº 9, de 1º de novembro de 2017.

RELAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS, em ordem de classificação:

CLASSIFICAÇÃO GERAL				
SELECIONADOS				
	NOME	CAT.	PROT.	INSTRUMENTO/CONJUNTO
1º	Jordan Alexander Gomes Rodrigues Pereira	E	70938	Piano
2º	Jennifer Alexandra Gomes Rodrigues Pereira	E	70936	Piano a 4 Mãos
	Jordan Alexander Gomes Rodrigues Pereira			
3º	Alef Caetano	P	71031	Flauta e Piano
	Ighor de Bastos Ank	E		
4º	Ana Luzia Carlos Pimenta de Moraes	E	71072	Harpa
5º	Jennifer Alexandra Gomes Rodrigues Pereira	E	70937	Piano
6º	Filipe Silva dos Santos	E	71076	Canto e Piano
	Felipe Malaquias Alves	P		

7º	Davi Teixeira Camisassa	E	70949	Piano
8º	Kássio Ricardo da Costa Arão Silva	E	70906	Piano
9º	Gabriela de Cássia Vieira dos Santos	E	70724	Piano
10º	Bruna Caroline de Souza Berbert	E	70910	Duo de Violinos e Violão
	Álison Carvalho Berbert			
	Filipe Almeida Malta			
11º	Gabriel Faustino dos Santos	E	70913	Contrabaixo e Piano
	Ludmilla Oliveira da Cunha			
12º	Octávio Ferreira Delluchi Cerqueira da Silva	E	70657	Violão
13º	João Pedro Pena Dutra	E	70920	Piano
14º	Paulo Sérgio Rosa Filho	E	70951	Saxofone e Piano
	Davi Teixeira Camisassa			
15º	Adriano Lopes Sobrinho	E	70719	Canto e Piano
	Annelise Guimarães Dias			
16º	Igor Silva Rosa de Oliveira	E	71082	Violão
17º	Paulo Henrique	E	70975	Quinteto de Cordas
	Jéssica Campelo			
	Charliston Cruz			
	Matheus Macedo			
	Marcus Gabriel			
18º	Dersu Almeida Soares	E	71003	Piano
EXCEDENTES				
19º	John Lenon Miranda	E	70600	Piano
20º	Danilo Cunha Dias	E	70792	Piano
21º	Kássio Ricardo da Costa Arão Silva	E	70739	Flauta e Piano
	Alessandra A. C. Arão Silva	P		
22º	Albert Andrew de Jesus	E	70971	Duo de Flautas e Piano
	Julia Tempesta Batista	E		
	Ludmilla Oliveira Cunha	P		
23º	Paulo Sérgio Rosa Filho	E	70951	Saxofone
24º	Lucília Maria Lourenço Cerqueira	E	70857	Piano
25º	Joice Rafaela Coutinho	E	71032	Viola e Violoncelo
	Breno Augusto Cardoso Cruz			
26º	Enzo Bernardes Cypriani Oliveira	E	70903	Quarteto de Cordas
	Glaikson Luiz Marques Nogueira			
	Heloisa Vitória Mesquita Martins			
	Ciro Miranda Quaresma dos Santos			
27º	Tiago Costa e Silva	P	70998	Camerata de Cordas
	Samuel Gomide	P		
	Josué Francisnael de Paula Siqueira	E		
	Ygor Stefanio da Silva	E		
	Sergio da Silva Gomes	E		
	Victor Alves da Rocha	E		
	Álex Lucas de Souza Dias	E		
	Lucas Eduardo de Oliveira do Carmo	E		
	Kézia Saara Costa Torres	E		
	Guilherme da Silva Gomes	E		
Diego Simões Maria	E			

28º	André Luis Almeida de Castro	E	71061	Piano
29º	Mateus Fonseca Junqueira	E	70977	Piano
30º	João Paulo de Rezende Oliveira	E	71331	Duo de violões
	Armando César da Silva			
31º	Fábio Ramos	E	70715	Duo de Violões
	Marlon Lucas do Nascimento			
32º	Filipe Almeida Malta	E	70957	Violão
33º	João Pedro de Queiroz Morales	E	71040	Violão
34º	Marlon Lucas do Nascimento	E	70602	Violão
35º	Ighor de Bastos Ank	E	71050	Piano
36º	Luiza Luana Rozza D. Vieira	E	70972	Violão
37º	Jefferson Assis de Souza	E	71465	Clarinete e Piano
	Dersu Almeida Soares			
38º	Armando César da Silva	E	71455	Violão
39º	Sofia Lustosa Moreira	E	71015	Piano a 4 Mãos
	Luiza Luana Rozza D. Vieira			
40º	Sofia Lustosa Moreira	E	71014	Piano
41º	Kleber dos Santos Belmiro	E	70834	Canto e Piano
	Rodrigo Miranda	P		
42º	Ronaldo Henrique Lemos	E	70889	Violão
43º	Luiza Alves Moreira	E	71462	Piano
44º	César Augusto Silva Batista	E	71081	Piano

Conforme disposto no item 7.9 do Edital nº 9/2017, a nota final da proposta é composta pela média das notas dos pareceristas que a avaliam, conforme previsto no § 2º do art. 9º da Deliberação da Mesa nº 2.666, de 2017, sendo consideradas aprovadas as propostas que obtenham aproveitamento mínimo de 70 %.

Em conformidade com o disposto nos itens 2.1 e 2.2 do Edital nº 9/2017, serão realizados 18 concertos que podem contar com a participação de mais de um selecionado.

São considerados excedentes os candidatos aprovados do 19º ao 44º lugares. Os candidatos nesta condição serão chamados para compor a agenda de apresentações do Projeto Segunda Musical/2018, caso sejam disponibilizadas novas vagas por parte da Assembleia ou mediante desistência de candidatos.

A Coordenação do Espaço Político Cultural – EPC – se responsabilizará pela montagem da agenda de apresentações e pela convocação dos candidatos aprovados, incluindo-se os excedentes, respeitando-se a ordem de classificação.

Os 18 primeiros colocados na classificação geral deverão apresentar à Coordenação do EPC os documentos constantes do item 8.2, f, do referido edital em até 15 dias corridos após a publicação deste resultado.

Belo Horizonte, 2 de março de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

PROGRAMA ASSEMBLEIA CULTURAL

EDITAL Nº 10/2017 – PROJETO ZÁS

A Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais faz saber aos interessados o resultado final do processo seletivo do Projeto Zás, conforme disposto no item 9.9 do Edital nº 10, de 1º de novembro de 2017.

RESULTADO FINAL, em ordem de classificação:

MODALIDADE I – SHOW DE MÚSICA

CLASSIFICAÇÃO GERAL		
PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO	RESULTADO
Coletivo ANA – Ana Acústico	1º	SELECIONADO
Edu Pio – Histórias de Amor em um País Tropical	2º	SELECIONADO
Grupo Ofô	3º	SELECIONADO
Dom Pesçoço	4º	SELECIONADO
Estrela Leminski e Téo Ruiz – Tudo Que Não Quero Falar Sobre Amor	5º	SELECIONADO
Ive Luna – Xirê	6º	SELECIONADO
Cliver Honorato – Ao Seu Dispor	7º	SELECIONADO
Izza – Cosmópolis	8º	SELECIONADO
Alan Silva e grupo Regional Ginga Ligeira – Vamo que Vamo	9º	SELECIONADO
Benjamin Abras – Njira	10º	SELECIONADO
Samy Erick – Rebento	11º	SELECIONADO
Letícia Leal e Rodrigo Salvador – Rabiola	12º	SELECIONADO
Foka Senna – Show em comemoração dos 15 anos de lançamento do CD “Em Cada Canto”	13º	SELECIONADO
Sol Bueno – Poeira Dançante	14º	SELECIONADO
Harmônicos – Gaitas sem Limites	15º	EXCEDENTE
Michel Nirenberg Quarteto Instrumental – Retrato	16º	EXCEDENTE
Duo Awen – Journey to Emerald	17º	EXCEDENTE
Gedeon Antunes – Bagatelas e Badulaques	18º	EXCEDENTE
Duo Vera Cruz	19º	EXCEDENTE
Congadar: onde o Congado encontra o blues	20º	EXCEDENTE
Etnomúsica com o Grupo Kawa Nawa	21º	EXCEDENTE
Trivial – Música Instrumental Brasileira	22º	EXCEDENTE
Max Gonzaga – Fisiologia	23º	EXCEDENTE
Oxente Uai – Feito Passarim	24º	EXCEDENTE
Rodrigo Procknov – Serra Pontuada	25º	EXCEDENTE
Luciane Dom – Liberte esse Banzo	26º	EXCEDENTE
Zebeto Corrêa – Horizonte Aberto	27º	EXCEDENTE
Augusto Rennó Trio	28º	EXCEDENTE
Leo Lima – Tranquilo e Sereno	29º	EXCEDENTE
Casa Verde – As Canções da Casa Verde	30º	EXCEDENTE
Felipe de Oliveira – Coração Disparado – Voz, Piano e Sanfona	31º	EXCEDENTE
Raphael Ferreira – Seguro Desespero	32º	EXCEDENTE
Lu Toledo, Cecília Barreto e Ladston Nascimento em “Trinato”	33º	EXCEDENTE
Banda Zé da Guiomar – Carta na Manga	34º	EXCEDENTE
Banda Postura – Então Vem	35º	EXCEDENTE
Dois Lados apresenta “Falando de amor e...”	36º	EXCEDENTE
Letícia Leal e Caio de Souza – Dança das Violas	37º	EXCEDENTE
Glaydson Flávio Benevenuto – Canto do Mundo	38º	EXCEDENTE
Anderson Oliveira – Simples Canção	39º	EXCEDENTE
Ensemble Menorah – Mazaal Tov	40º	EXCEDENTE
Beatriz Rodarte – Show de Lançamento do Vinil Tamborana	41º	EXCEDENTE
Wilson Dias, 20 Anos – Cabriola	42º	EXCEDENTE
Dudu Caldeira – Melodias em Versos Diversos	43º	EXCEDENTE
Wolf Borges e Albano Sales – Dois	44º	EXCEDENTE

Dolores Dolores	45º	EXCEDENTE
Priscila Magella – Do São Francisco ao Tietê	46º	EXCEDENTE
Violeta e Trio – Brazuca	47º	EXCEDENTE
Dandai – Show Dandai	48º	EXCEDENTE
A'sombrA – Terra do Nunca	49º	EXCEDENTE
Fábio Castro – Quimeras	50º	EXCEDENTE
Urbis Trio – De Mozart a MC Marcinho	51º	EXCEDENTE
Ramon Gonçalves – Altorama	52º	EXCEDENTE
Tula Black rapper – Autografando indignação	53º	EXCEDENTE
Titi Convida	54º	EXCEDENTE
Thelmo Lins – Balada dos Casais	55º	EXCEDENTE
Ricardo Ulpiano – Por que Calar?	56º	EXCEDENTE
Rê Mineira – Flores para Maria	57º	EXCEDENTE
Renato Caetano – Viol(A)ção	58º	EXCEDENTE
Marina Flor – Show	59º	EXCEDENTE
Balla 12 – 20 Anos	60º	EXCEDENTE
By The Pound – Genesis tributo	61º	EXCEDENTE
Tau Brasil e Augusto Cordeiro – Tau Pai, Tal Filho	62º	EXCEDENTE
Moisés Pescador canta Salve Orixás	63º	EXCEDENTE
Pedro Antonio convida Tadeu Franco	64º	EXCEDENTE
Octávio Cardozzo – Âmago	65º	EXCEDENTE
Carlos Maia e Davi Seabra – Cercano	66º	EXCEDENTE
Sebastião da Silva Maria – Vimos Bantus	67º	EXCEDENTE
Valerie Lu – Dose Dupla	68º	EXCEDENTE
Tijolo e água – Samba em Família	69º	EXCEDENTE
Mario Noya – Motivo para seguir vivo	70º	EXCEDENTE

MODALIDADE II – TEATRO ADULTO, CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS, *STAND UP* E PERFORMANCE

PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO	RESULTADO
Gavião de Duas Cabeças	1º	SELECIONADO
Jardins	2º	SELECIONADO
Danação	3º	SELECIONADO
Desmemória América Latina	4º	SELECIONADO
Grupo Teatro Andante – Receitas para não morrer de amor	5º	SELECIONADO
Pregaria Cia. de Teatro – Nosso Estanho Amor	6º	SELECIONADO
Cia Yepocá de Teatro – Des Espera	7º	SELECIONADO
Como a gente Gosta	8º	EXCEDENTE
Colóquio Sentimental	9º	EXCEDENTE
Cia Músico-Teatral Letras de Rosa – A Terceira Margem do Rio: a de Dentro	10º	EXCEDENTE
Coletivo Mutável – Amor e outras palavras mutáveis	11º	EXCEDENTE
O País do Sol	12º	EXCEDENTE
A Patela Cia – De Quando Bate a Saudade	13º	EXCEDENTE
Roberto de Freitas – Tá Caindo Fulô	14º	EXCEDENTE
Israel Faccin em Uma Noite de Comédia	15º	EXCEDENTE
Kradyn Jr. – A Comédia Mágica	16º	EXCEDENTE

MODALIDADE III – DANÇA

PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO	RESULTADO
Grupo Neparc – Achados e Perdidos	1º	SELECIONADO
Grupo Contemporâneo de Dança Livre – Giz em Pedacos	2º	SELECIONADO
Coletivo Multidanças – EnCOMtro	3º	SELECIONADO
Con(fluências)	4º	SELECIONADO
Saáda Talibah – Deusas em Movimento	5º	SELECIONADO

MODALIDADE IV – TEATRO INFANTIL

PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO	RESULTADO
Grupo Pontapé – Carregando a Lua	1º	SELECIONADO
Grupo Girino – Meu Ambiente	2º	SELECIONADO
É tão belo como um sim – Teatro para Bebês	3º	SELECIONADO
Lá Fora – O Musical	4º	EXCEDENTE
Cia Yepocá de Teatro – Sem Fonia Musical	5º	EXCEDENTE
Preqaria Cia de Teatro – A Princesa Gaia	6º	EXCEDENTE
Grupo de Teatro Mamãe tá na Plateia – João de Barros	7º	EXCEDENTE
Cia Lua Pra Rua – Dona Juju	8º	EXCEDENTE
A Patela Cia – O Vermelho	9º	EXCEDENTE
A Patela Cia – A Caixinha de Papelão	10º	EXCEDENTE
Cia de Teatro Gaveta Caída – A Caixa Mágica	11º	EXCEDENTE
Kradyn Jr. – A Magia da Sustentabilidade	12º	EXCEDENTE
Cia Circunstância – 1, 2, 3... testando!	13º	EXCEDENTE

MODALIDADE V – MÁGICA

PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO	RESULTADO
Kradyn Jr. – 25 Anos de Mágica	1º	SELECIONADO

De acordo com o item 9.7 do Edital, são consideradas aprovadas as propostas que obtiveram aproveitamento mínimo de 70% do total da pontuação atribuída pelos três pareceristas responsáveis pela avaliação das propostas.

A Coordenação do Espaço Político Cultural – EPC – se responsabilizará pela montagem da agenda de apresentações do Projeto Zás 2018 e pela convocação das propostas aprovadas, incluindo as excedentes, respeitando-se a ordem de classificação.

Em caso de desistência de selecionados ou de disponibilização de novas datas por parte da Assembleia Legislativa, as propostas excedentes poderão ser convocadas, de acordo com a ordem de classificação publicada.

Belo Horizonte, 2 de março de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.